EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E PLANEJAMENTO URBANO

Da Jornada de Discussão Urbana ao Fórum Popular do Plano Diretor de São José dos Campos, SP

Paulo Romano Reschilian (Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional – Universidade do Vale do Paraíba)

Fabiana Félix do Amaral e Silva (Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional – Universidade do Vale do Paraíba)

RESUMO GERAL

A possibilidade de construção e configuração do Fórum Popular da Revisão do Plano Diretor de São José dos Campos, SP, em 2017 relaciona-se a rede de contatos de lideranças populares e cidadãos que demandam direitos, dirigidos a Defensoria Pública do Estado de São Paulo no município. A pauta do direito à cidade e, em especial, as reivindicações da população moradora de bairros irregulares e assentamentos precários, tem sido, há décadas, objeto de conflitos entre o poder público municipal em diversas administrações, alternando-se remoções violentas, com implantação de conjuntos habitacionais e faixas periféricas da cidade, invariavelmente com pouca infraestrutura e acesso mais restrito à mobilidade urbana. Além disso, a Defensoria Pública tem promovido inúmeros cursos e atividades de formação/capacitação visando o acesso aos direitos e emancipação dos movimentos sociais e lideranças comunitárias. Derivado, em 2016, do evento sobre Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social – ATHIS, financiado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo CAU-SP, e com apoio institucional da Universidade do Vale do Paraíba, retomou-se ,com apoio da Defensoria Pública e pesquisadores do programa de Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba e do CELACC USP, a organização de um fórum de lideranças populares visando a participação na Conferência Municipal das Cidades que se realizou em julho de 2016. Para tanto, foi promovido e organizado entre pesquisadores das Universidades e Defensoria Pública a I Jornada de Discussão Urbana, cuja base metodológica originou-se no curso do CELACC USP sobre processos de produção social do espaço na cidade capitalista. A primeira resultante desse processo foi a elaboração e apresentação de uma carta da Jornada na Conferência da Cidade e que teve três das cinco diretrizes aprovadas na Conferência como pauta para a Conferência Estadual. Como consequência da Conferência Municipal iniciou-se, ainda que tardiamente, apenas ao final do quarto ano da gestão o processo de revisão do Plano Diretor Municipal e a eleição do Conselho Gestor da revisão do plano. Paralelamente as etapas metodológicas de leitura comunitária e oficinas realizadas pelo poder público 2

municipal, organizou-se a II Jornada de Discussão Urbana, na qual pesquisadores e defensoria pretenderam promover uma leitura comunitária crítica do processo. A partir desse contexto optou-se por um recorte na temática regularização fundiária/habitação. Iniciado o ano de 2017 a nova gestão municipal, com argumento de análise e levantamento de dados só retomou as discussões com a população por meio de novas oficinas a partir do segundo semestre de 2017. Nesse novo cenário promoveu-se a Jornada de Discussão III e como resultante organizou-se o Fórum Popular do Plano Diretor, cujos representantes passaram a atuar nos fóruns e audiências públicas levando demandas e diretrizes de políticas urbanas discutidas no Fórum Popular previamente. Diante do calendário e das etapas consagradas pelo poder público municipal, que não propiciaram, a despeito das reivindicações de diversos setores organizados da sociedade, instâncias de debates e deliberações, formulou-se com apoio da Defensoria Pública, capítulos e artigos como substitutivo ao projeto de lei do Plano Diretor que ora tramita na câmara dos vereadores. Além disso, organizou-se uma audiência pública popular em outubro 2018 para se debater, esclarecer aspectos sobre o plano e a participação popular e apontar diretrizes de ação popular para os debates na Câmara dos Vereadores. Esta sessão se propõe em cinco momentos: primeiro, uma contextualização do processo de urbanização do município de São José dos Campos em suas evidências do padrão de urbanização brasileiro demarcado pela segregação socioespacial derivada de intensa urbanização na década de 1970. Dinâmica essa, associada às diretrizes do II Plano Nacional de Desenvolvimento que identificou a região estratégica do Vale do Paraíba Paulista com polo de investimento em tecnologia e inovação aeroespacial, bélica, química e automotiva. Durante esse processo elevou-se a população de 44.000 habitantes, década de 1950, para cerca de 690.000 em 2016 (projeção IBGE). A despeito de ser reconhecido como polo tecnológico e de inovação, o município de São José dos Campos seguiu o padrão nacional destacado por MARICATO (2003) no qual, no Brasil evidenciou-se um processo de urbanização com baixos salários, dificultando, desse modo, o acesso à terra e a moradia pela via do mercado imobiliário formal. “Antes mesmo das chamadas décadas perdidas (anos de 1980 e 1990) a inserção social nas relações capitalistas apresentavam relação complexa entre regra e exceção. Trabalhadores do setor secundário e até mesmo da indústria fordista brasileira foram excluídos do mercado imobiliário privado e, frequentemente, buscaram a favela como forma de moradia. Trata-se do “produtivo excluído”, resultado da industrialização com baixos salários. (MARICATO, 2003, p. 153). No segundo momento, apresentar as bases metodológicas do processo de capacitação, assessoria técnica e política ao fórum popular, que derivou para a proposição e aprovação de um projeto de extensão e pesquisa/ação na Universidade intitulado *Cartografias sociais e metodologias participativas na construção de uma leitura técnica e comunitária da dinâmica socioespacial de São José dos Campos*. Na terceira exposição apresentar as hipóteses de trabalho contidas no projeto de extensão que apontam para a análise da relação movimentos migratórios internos e produção de espaços periféricos precários identificando processos e históricos de ocupação do território e condições anteriores de sobrevivência e vida. No quarto momento, a apresentação da atuação da Defensoria Pública do Estado, no município diante dos enfrentamentos às políticas e ações dos poderes públicos no que se refere à forma como tem tratado a população moradora de assentamentos precários e irregulares. Por fim, uma apresentação e análise da atuação, limites e perspectivas dos movimentos sociais urbanos diante dos desafios da disputa pelo direito à cidade e moradia.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 3

HOLSTON, James Rebeliões metropolitanas e planejamento insurgente no século XXI. Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg., RECIFE, V.18, N.2, p.191-204, MAIO-AGO. 2016

JARA, Oscar. El aporte de la sistematización a la renovación teóricas praticas de los movimientos sociales. S. Jose: Alforja, 1998

MARICATO, Ermínia. Metrópole, Legislação e Desigualdade. São Paulo: Estudos Avançados, 2003, Pp-151-167.

ROSA FILHO, Artur. As políticas públicas do poder executivo na remoção e/ou reurbanização de favelas o município de São José dos Campos – SP. Dissertação de Mestrado, UNIVAP, 2002.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e método. Boletim Pauista de Geografia, Nº 54, jun de 1977.

DINÂMICA URBANA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Paulo Romano Reschilian (Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional – Universidade do Vale do Paraíba)

No período entre o final da década de 1990 e início de 2000 implantou-se no município, uma política de erradicação de favelas, o que ocasionou remoções violentas e realocações para conjuntos habitacionais periféricos de grande parte da população que residia nos assentamentos. Uma particularidade a ser destacada de São José dos Campos foi, ao mesmo tempo, a constituição de vários núcleos de assentamentos precários, chegando no final da década de 1990 totalizar cerca de 22 núcleos com aproximadamente 8.000 moradores, ROSA FILHO (2002), e a produção de dezenas de loteamentos irregulares no período concomitante e posterior. Não bastasse a distância ou falta de infraestrutura em equipamentos públicos alguns desses empreendimentos se tornaram territórios de violência. A questão mais contemporânea do município reside na existência de cerca de 100 bairros/loteamentos irregulares que abrigam aproximadamente 90.000 habitantes nessa situação de irregularidade somadas a várias situações em risco e/ou áreas de preservação ambiental.

METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS PARA O ESTUDO DA DINÂMICA URBANA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Fabiana Félix do Amaral e Silva (Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional – Universidade do Vale do Paraíba)

As dinâmicas urbanas presentes na região em estudo – Vale do Paraíba-SP - são de extrema importância para compor um debate mais amplo e problematizador dos conflitos urbanos e regionais e, pontualmente, o papel dos movimentos sociais na proposição e gestão dos territórios. O trabalho proposto busca contribuir com um campo de investigação do planejamento, relativamente novo, nomeado de planejamento insurgente (Holston,2015), ao abordar os processos alternativos de proposição e participação social no âmbito dos movimentos sociais e ações coletivas. A proposta parte do entendimento que a ação extensionista deve ser vista como uma “dimensão específica de produção de conhecimento” (Freire, 1987), centradas em procedimentos metodológicos participativos e que, portanto, se configuram como uma perspectiva singular de compreensão das

experiências societárias da periferia e das suas organizações sociais. Portanto, teve como estratégia metodológica sistematizar junto as lideranças a reflexão, de uma forma mais geral, frente aos dilemas da discussão urbana e, de uma forma pontual, refletir sobre os aspectos urbanos locais e os mecanismos de participação popular. Neste sentido, o objetivo da palestra é apresentar as contribuições da relação entre os estudos sobre movimentos sociais e participação política e as discussões presentes no campo do planejamento urbano e regional.

A QUEM SE DESTINAM ÀS ÁREAS IRREGULARES EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS?

Lidiane Maria Maciel (de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional – Universidade do Vale do Paraíba)

O Censo Demográfico de 1980 registrava 285.587 mil habitantes residentes no município de São José dos Campos, em 2010 o mesmo já apresentava 629.921 mil habitantes. Tanta evolução da população é decorrente de processos migratórios vinculados as exigências da matriz econômica emergente no final do século XX fundada na circulação do capital e pessoas. Para parte significativa dos novos moradores de São José dos Campos, o acesso à terra urbana e moradia se deu em áreas cujo valor era baixo, novos loteamentos foram criados e passaram a abrigar centenas de famílias, muitos desses loteamentos são irregulares, ou seja, bairros que ainda precisam atender um conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais para serem considerados regulares como definido na Lei Federal 11.977/09. Estima-se hoje que em São José dos Campos existam 147 bairros irregulares que abrigam mais de 100 mil pessoas. Em 2012, com a truculenta desocupação do “Pinheiro” houve a exposição nacional da questão urbana neste município, cuja especulação imobiliária aliada a políticas públicas questionáveis têm realizado um jogo perverso com a população de baixa renda alijando-a nas áreas mais precárias da cidade. O objetivo desta comunicação é dar voz as histórias dos moradores dessas áreas irregulares.

O PAPEL DA DEFENSORIA PÚBLICA NO CONTROLE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS AO DIREITO À CIDADE

Jairo Salvador de Souza (Defensoria Pública do Estado de São Paulo)

A Defensoria Pública do Estado de São Paulo vem desenvolvendo, em São José dos Campos, atividades voltadas à educação em direitos direcionadas aos moradores dos bairros não regularizados da cidade. Dentro desta programação, em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano da UNIVAP, participou da Jornada de Discussão Urbana, 5

trazendo ao debate o tema do Direito à Cidade, abordando as limitações e as possibilidades para sua efetivação, com destaque para as questões relacionadas ao exercício pleno da cidadania, à gestão democrática das cidades e à função social da propriedade e da cidade. Uma das vertentes de atuação institucional, no desenvolvimento de atividades de educação em direitos, refere-se à conscientização da importância do controle social das políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento urbano, com a apropriação, pelos destinatários, do conteúdo, do alcance e dos sentidos de tais direitos. Desvelar o plexo de direitos e posições jurídicas enfiados no denominado direito à cidade, os conflitos escamoteados nos discursos de construção de consensos, resgatando, assim, o sentido transformador do termo, constituiu o grande desafio desta jornada.